



FINANÇAS SUSTENTÁVEIS: EXTRAPOLANDO FRONTEIRAS PARA ALÉM DOS BENEFICIÁRIOS DE CRÉDITO

Patricia Almeida Ashley

UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei

Anna Paula de Souza Martins

UFF

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento que busca identificar as políticas e práticas de instituições financeiras no sentido de promoverem a responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia de fornecedores para além dos seus beneficiários finais de crédito. O referencial teórico parte da literatura sobre responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, stakeholders e a sua integração com a cadeia produtiva; instrumentos de avaliação e financiamento da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade e aspectos sobre responsabilidade social empresarial e sustentabilidade no sistema financeiro. Com base no referencial teórico, são apresentados resultados parciais na forma do Modelo Analítico do Potencial de Financiamento para a Sustentabilidade na Cadeia de Fornecedores - SustenFor. A pesquisa exploratória para validação do modelo SustenFor tem como objeto de estudo um dos maiores bancos de desenvolvimento econômico e social do país e serão aplicadas entrevistas com alguns funcionários desta instituição que exercem atividades ligadas diretamente com o tema de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, adotando as dimensões e indicadores do Modelo SustenFor Operacional. Os resultados parciais apresentados já apontam que há lacunas nas políticas e práticas de financiamento público e privado para a difusão da responsabilidade social e sustentabilidade para além dos beneficiários finais de crédito e fomento.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social Empresarial. Sustentabilidade. Finanças Sustentáveis. Cadeia Produtiva.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento que busca identificar as lacunas de políticas e práticas de instituições financeiras no sentido de promoverem a responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia de fornecedores dos seus beneficiários finais de crédito. É apresentado o referencial teórico e um modelo analítico – SustenFor - com indicadores de critérios de financiamento para avaliação da responsabilidade social e sustentabilidade na rede de fornecedores de empresas beneficiárias das políticas de fomento. O modelo SustenFor será aplicado e validado por meio de estudo de caso que será realizado em um dos maiores bancos de fomento e desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O referencial teórico parte da literatura sobre responsabilidade social empresarial e sustentabilidade; *stakeholders* e a sua integração com a cadeia produtiva; instrumentos de avaliação e financiamento da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade e aspectos sobre responsabilidade social empresarial e sustentabilidade no sistema financeiro.

Este estudo teve como contextualização um cenário onde as empresas estão sendo pressionadas para que assumam um papel mais abrangente junto à sociedade e o meio ambiente. Diante dessa pressão, que vem da sociedade civil organizada, da imprensa, do governo e da comunidade acadêmica, passa a ser imprescindível dar uma resposta nas políticas de financiamento público e privado. Nesse contexto, as instituições financeiras - IF - são alvo de muitas críticas, principalmente no que tange ao impacto socioambiental de seus produtos financeiros. Surge, então, uma oportunidade para que estas instituições demonstrem suas preocupações e tomem uma atitude no sentido de intervir positivamente na promoção da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade uma vez que são co-responsáveis pelos projetos que apóiam.

Até pouco tempo, os debates em torno destas práticas não incluíam estas instituições, focando sempre em setores ligados diretamente a atividades industriais e de extrativismo, como por exemplo as indústrias de papel e celulose e óleo e gás (WAJNBERG, 2008). Essa inclusão foi de fundamental importância, uma vez que, de acordo com Lins e Wajnberg (2007), os bancos têm um importante papel enquanto promotores de mudanças junto às partes com as quais se relaciona, dentre elas, os seus clientes e a sua respectiva cadeia produtiva.

Nesse contexto, em que a responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade andam juntas, é importante perceber a necessidade de alinhamento desta lógica com a estratégia dos negócios. Segundo Porter e Kramer (2006), a responsabilidade social empresarial deve ser vista como uma vantagem competitiva, devendo ser analisada de forma estratégica, semelhante às demais decisões acerca das perspectivas de atuação da empresa.

Dessa forma, as instituições financeiras, ao disseminarem os valores da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade, podem ampliar o seu escopo de atuação e ter essa prática como um diferencial na sua gestão. No caso deste estudo, o banco estudado, pode, ainda, reforçar o seu papel enquanto fomentador do desenvolvimento econômico e social do país.

Nesse contexto, os bancos encontram uma lacuna que pode ser preenchida quando atuam como catalisadores deste processo, no sentido de exercerem o papel de um banco alinhado com as finanças sustentáveis. Para isso, as linhas de financiamento específicas e/ou exigências para obtenção de crédito precisam incorporar avaliação de riscos sociais e ambientais, além de riscos econômicos, no que diz respeito à cadeia produtiva de seus beneficiários finais de fomento e crédito quando no enquadramento dos projetos de financiamento.

Tendo este debate como pano de fundo, esse estudo se propõe a avaliar as políticas e práticas de financiamento do banco de fomento e desenvolvimento econômico e social em estudo no que diz respeito à incorporação de critérios de difusão dos valores e práticas da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia produtiva das empresas financiadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Com o advento da Internet, o fluxo de informação aumentou consideravelmente, fazendo com que os indivíduos tenham acesso a dados e acontecimentos quase instantaneamente. Assim, a pressão sobre as organizações e as exigências para que se pronunciem e se posicionem perante os seus atos cresceram exponencialmente. A sociedade como um todo exige, cada vez mais, uma resposta das empresas diante de suas responsabilidades sociais e ambientais.

Nas décadas de 1970 e 1980, com a crise do petróleo e a crise econômica e social, o papel do Estado passa a ser questionado e constata-se um crescimento dos problemas sociais. O tema responsabilidade social empresarial avançou no Brasil durante a década de 90, desde o ambiente de lideranças empresariais até lideranças acadêmicas (COSTA, 2005).

Nesta época, no Brasil, o movimento da responsabilidade social empresarial começa a ser organizado formalmente e em pouco tempo ganha forças, de acordo com Serpa (2006, p.16):

O Instituto Ethos, entidade privada brasileira, sem fins lucrativos, que reúne empresas em busca da adoção da RSC, foi fundado em 1998 com 11 empresas associadas. Sete anos após sua fundação, este número passou para mais de mil associados, o que denota um expressivo interesse das empresas no tema.

Com relação à definição de responsabilidade social das empresas, Cheibub e Locke (2002) contribuem para o debate, definindo responsabilidade social empresarial como sendo um conjunto de ações que vão além do que é requerido por lei, obrigação ou necessidade (CHEIBUB; LOCKE, 2002, p. 280):

Da mesma forma, não podemos chamar de responsabilidade social as ações, programas, benefícios, etc. que foram adotados pelas empresas como resultado de negociação trabalhista (acordo, convenção, etc.). Neste caso, estamos diante de uma questão de poder, barganha política, e não de responsabilidade social.

Dentro dessa perspectiva, surge a questão referente às suas motivações e o que levaria as organizações a praticá-la. A literatura nos mostra que as motivações são diversas, para Cheibub e Locke (2002, p. 282), segundo o modelo progressista:

Essas ações trazem benefícios para a imagem da empresa, melhorando sua posição no mercado consumidor, mercado de trabalho, etc. Nesta linha, sustenta-se que responsabilidade social empresarial é um importante instrumento gerencial que as empresas devem lançar mão em um mundo crescentemente competitivo.

Porém, eles ressaltam que não acreditam que existam bons argumentos morais justificando que empresas, empresários e executivos devam ser socialmente mais responsáveis que qualquer outro ator social (CHEIBUB; LOCKE, 2002).

Na literatura revista e de acordo com Pedrosa e Zwicker (2007), é possível encontrar levantamentos que indicam que os resultados da gestão com responsabilidade social empresarial proporcionam diversas vantagens, desde o aumento da motivação e do interesse

dos empregados em permanecer na empresa na qual trabalham - aumento da capacidade de retenção, até a valorização de ações na bolsa de valores (Índice BOVESPA – Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (*Dow Jones Sustainability Index* – DJSI), dentre outros).

Conforme definição proposta por Ashley *et al.* (2003, p.6-7):

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo de forma pró-ativa e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Diante da variedade de definições e desdobramentos, deve-se atentar para não confundir filantropia empresarial com responsabilidade social empresarial, devendo a mesma estar, de alguma forma, associada aos negócios da empresa.

No que tange à sustentabilidade empresarial, este conceito se aproxima da abordagem mais ampla da responsabilidade social empresarial que inclui a avaliação e gestão dos impactos econômicos, ambientais e sociais em todas as decisões que afetem as relações negócio-sociedade-ambiente.

Diante desse contexto, muitas organizações têm se preocupado com questões relacionadas à ética empresarial e à transparência na condução dos negócios. No entanto, nem todas as corporações percebem as oportunidades que a responsabilidade social propõe que é algo muito mais amplo e que envolve todos os *stakeholders*.

É nesse contexto que as instituições financeiras deixam de ser vistas como isentas dos impactos dos projetos que apóiam, sendo co-responsáveis pelos mesmos, tendo assim, uma abrangência de atuação muito mais ampla, superando o papel de simples provedor financeiro.

2.1. STAKEHOLDERS E A INTEGRAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Alinhar as ações de responsabilidade social empresarial e de sustentabilidade ao negócio é fundamental, pois, quando estas ações estão coerentes com o negócio e inseridas no conteúdo e processos de gestão da organização, a definição das prioridades e a forma mais eficaz de executá-las ficam mais nítidas. Com a gestão de responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade integrada à cadeia de valor, torna-se possível mitigar algumas dificuldades, tais como mensuração de resultados, associação da imagem, dentre outros.

De acordo com Pedroso e Zwicker (2007, p. 418), “uma maior integração na cadeia de suprimentos pode favorecer a gestão ambiental das empresas” e, ainda, “a cadeia de suprimentos pode proporcionar oportunidades importantes para o desenvolvimento de negócios alinhados com a sustentabilidade”.

Ademais, de acordo com estes mesmos autores, “os benefícios decorrentes das ações de sustentabilidade podem ser tangíveis ou intangíveis”. Conforme identificado por Willard (2002 *apud* PEDROSO; ZWICKER, 2007, p.416), os potenciais benefícios tangíveis são “aqueles associados à redução de custos na manufatura, à redução de custos comerciais, ao aumento do faturamento e ao aumento da participação no mercado”, enquanto considera como benefícios intangíveis, “a maior facilidade na contratação de talentos, a maior retenção dos principais talentos, o aumento da produtividade dos funcionários, a redução dos riscos e as maiores facilidades de financiamento.”

Por isso, é importante perceber que uma organização deve ter atenção redobrada quando se tratar da sua cadeia produtiva, em especial dos seus fornecedores. Faz-se necessária a criação de parcerias a fim de garantir a ampliação da consciência da importância da sustentabilidade nas políticas de gestão.

Segundo Guilherme Dornas (2005, p.2):

(...) para se estabelecer condições de gerenciamento da sustentabilidade das empresas é, portanto, necessário conhecer as redes em que vivem com especial atenção ao fluxo produtivo constituído com fornecedores e clientes.

Além disso, a gestão da organização, sendo transparente e clara, fica de fácil entendimento para todos os públicos com os quais se relaciona; seus princípios serão disseminados na relação com todos esses públicos, de modo que pode-se pensar se essa estratégia não teria um alcance ainda maior: podendo servir como diferencial competitivo na formação de cadeias de fornecedores para um mercado sustentável.

De acordo com Dornas (2005, p.14), há uma lacuna para o desenvolvimento dessa gestão, ainda mais porque “as grandes empresas brasileiras ainda estão nos estágios iniciais de seu processo de integração com os demais elementos das cadeias produtivas e das redes nas quais estão inseridas”.

Segundo Aligleri *et al* (2003, p.7), “a necessidade das empresas tornarem-se mais pró-ativas na definição de relacionamentos simbióticos com os *stakeholders* institui um complicado xadrez organizacional”. Ou seja, como cada agente depende de um

funcionamento integrado das partes, há necessidade de um desenvolvimento em cadeia deste processo, afinal, sem essa sintonia os objetivos podem não ser alcançados.

A interligação das práticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade em toda a cadeia produtiva é fundamental para que ocorra a sua disseminação. No entanto, esta interação ainda encontra-se incipiente, conforme reforça este mesmo autor, ao afirmar que “embora o conceito de responsabilidade social empresarial venha sendo discutido e pesquisado exaustivamente na administração, pouca interação tem tido tais estudos com o campo da logística” (ALIGLERI *et al*, 2003, p. 7).

De acordo com Ashley (2005), vale ressaltar que, se houvesse incentivos públicos e de mercados para o desenvolvimento de fornecedores engajados com as mesmas causas, seria possível disseminar e promover o conceito de responsabilidade social empresarial e de sustentabilidade com maior efetividade.

Segundo Ashley (2005a), na gestão da responsabilidade social empresarial, o fortalecimento da relação com o fornecedor é mandatário, pois é através desta relação que se torna viável o desenvolvimento dos elos mais fracos da cadeia.

Deste modo, cabe à organização perceber a sua capacidade de influenciar os seus fornecedores e exercer essa influência visando à sustentabilidade. Não basta a empresa ser considerada socialmente responsável dentro dos seus limites de atuação se ela tiver um fornecedor que atue sem esse valor, cometendo crimes ambientais ou fazendo uso de mão-de-obra escrava (ALIGLERI *et al*, 2003).

De acordo com Ventura (2005, p.43), as grandes organizações, com maior poder, “podem tentar influenciar estrategicamente suas redes relacionais, mediante arranjos interorganizacionais, formais ou informais, ou fixando seus objetivos diretamente no ambiente competitivo”.

Toda essa trajetória pode ser vista como uma oportunidade da organização se fortalecer perante o mercado; “a habilidade de compartilhar atividades na cadeia de valor é a base para a competitividade empresarial, porque a partilha realça a vantagem competitiva por aumentar a diferenciação” (PORTER, 2001 *apud* ALIGLERI *et al*, 2003, p. 3). Segundo Aligleri *et al* (2003), a formação de uma cadeia socialmente responsável, fruto desta integração, pode alavancar a competitividade, cabendo a cada organização identificar os seus pontos e trabalhar na sua melhoria, a fim de que se transformem em diferencial competitivo.

Vale ressaltar que, para essa integração ser efetiva, “as ações integradas nesse tipo de cadeia de suprimentos necessitam de parcerias estratégicas e coordenação na cadeia” (PEDROSO; ZWICKER, 2007, p.421).

O conceito de responsabilidade social das empresas, segundo Ashley *et al* (2000), vem se estabelecendo como um conceito interdisciplinar, de forma multidimensional e sistêmica, com foco nas relações com os *stakeholders* associados ao negócio da empresa, direta ou indiretamente.

Por isso, é de fundamental importância que se desenvolva habilidade para se relacionar com outros atores “por meio de coordenação e cooperação entre organizações”, estando os fornecedores dentro deste escopo. Esse relacionamento exige, “uma adaptação organizacional, através da eliminação de novas barreiras organizacionais, agora impostas pelo ambiente externo”, conforme colocado por ALIGLERI *et al* (2003, p.3).

Porém, de acordo com Wood Jr e Zuffo (1997, p. 4-5):

Apesar de importante, este nível da quebra de fronteiras não é o único no movimento de transformação que as organizações estão sofrendo. Ashkenas et alli (1995)¹, por exemplo, argumentam que as fronteiras organizacionais estão sendo quebradas em quatro níveis:

- a eliminação das barreiras verticais (redução de níveis hierárquicos), que implica no achatamento das pirâmides organizacionais;
- a eliminação das barreiras horizontais, que leva ao enfraquecimento dos silos departamentais e da especialização funcional;
- a eliminação das barreiras externas, através de parcerias e alianças com fornecedores, clientes e concorrentes; e
- a eliminação das barreiras geográficas, com a construção de alianças, é estratégica para a exploração de novos mercados.

No entanto, conforme exposto por Aligleri *et al* (2003), no que tange as práticas produtivas, é importante observar três aspectos:

- a) nem todos os *stakeholders* do processo produtivo estão aptos para responder a estas novas demandas, podendo ser eliminados por outros agentes mais fortes da cadeia;
- b) os resultados alcançados com as políticas de responsabilidade social adotadas pelas empresas são de difícil mensuração monetária. No entanto, sob uma análise não econômica, constata-se melhoria da imagem e da credibilidade da empresa frente a sociedade e redução do custo social da cadeia;

¹ Ashkenas et alli. *The boundaryless organization: breaking the chains of organizational structure*. San Francisco: Jossey-Bass, 1995.

c) a inclusão das cadeias em políticas de responsabilidade social nem sempre demanda aporte de investimentos, podendo, em alguns casos, ter redução de custos, no caso de melhoria na qualidade de vida dos empregados e redução de impactos ambientais, por exemplo.

Ao analisar essa abordagem com relação aos bancos, nota-se que o desenvolvimento de políticas para a disseminação do conceito e as pressões de práticas de responsabilidade social corporativa são fatores recentes (VENTURA, 2005). Ao estudar os Balanços Sociais dos bancos, Ventura (2005, p. 165) conclui que a responsabilidade social empresarial neste setor “está evoluindo para uma ação estruturada e integrada ao negócio, diferentemente do que se dava há uma década”.

No entanto, para atingir este nível de maturidade, é fundamental que a organização tenha capacidade de identificar os seus *stakeholders* e atuar com responsabilidade social empresarial em toda sua cadeia, conforme exposto por Bruno-Faria e Macêdo (2008, p.8):

Uma organização, inserida num contexto globalizado, portanto com elevado índice de competição, só pode ser classificada como responsável socialmente na medida em que os seus fornecedores e demais participantes da cadeia produtiva, também, desencadeiam ações garantidoras de sustentabilidade social, econômica e ambiental, uma vez que estão integradas na cadeia produtiva de forma sistêmica, com interdependência.

2.2. AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A avaliação da sustentabilidade requer a definição de indicadores de sustentabilidade e modelos de gestão e difusão das práticas sustentáveis nos mercados. Por outro lado, a sustentabilidade deve ser objeto de valoração nos produtos financeiros que considerem os indicadores de sustentabilidade para avaliação dos riscos sociais, ambientais e econômicos dos projetos de financiamento público e privado.

Existem várias iniciativas que vêm ocorrendo desde o início da década de 90, contribuindo para a difusão do conceito de sustentabilidade nas práticas de avaliação e financiamento de empresas e de projetos de investimento. Iniciando com ações promovidas por órgãos das Nações Unidas, a avaliação e o financiamento da sustentabilidade ainda são incipientes no Brasil, sendo somente constatáveis a partir do ano de 2001, com o lançamento

de fundos de investimento como o Fundo *Ethical*, do Banco Real. Mais recentemente, a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA vem lançando a oferta de índices para segmentos do mercado da bolsa de valores, a exemplo do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE e o Índice de Governança Corporativa – IGV.

Os instrumentos, no âmbito da avaliação e financiamento da sustentabilidade empresarial, no Brasil e no mundo, utilizados como base para este estudo e para o desenvolvimento do modelo analítico, foram: a Iniciativa Financeira da United Nation Environmental Programme – UNEP-FI², o Dow Jones *Sustainability Index* – DJSI³, o Índice FTSE4 *Good*⁴, a Declaração de *Collevecchio*⁵, o Princípios do Equador⁶, o Princípios para o Investimento Responsável - PRI⁷, Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE⁸, o Relatório do *Global Reporting Initiative* – GRI – Suplemento para Serviços Financeiros⁹ e o Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial – Edição 2008¹⁰.

Vale ressaltar que, de acordo com Pedroso e Zwicker (2007, p.415), “a sustentabilidade corporativa está associada a três macroobjetivos: a geração de valor econômico, a responsabilidade ambiental e a responsabilidade social”, buscando assim, a perpetuidade da organização.

Desta forma, o conceito de sustentabilidade está diretamente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável que, de acordo com o relatório *Nosso Futuro Comum* é definido como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988, p.46).

Seguindo este raciocínio e, conforme exposto por Pedroso e Zwicker (2007, p.415):

² Fonte: UNEP... Disponível em: < <http://www.unepfi.org>>. Acesso em: 11/11/2008.

³ Fonte: DOW... Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com/>>. Acesso em 11/11/08.

⁴ Fonte: FTSE... Disponível em: <<http://www.ftse.com/>>. Acesso em 11/11/2008.

⁵ Fonte: DECLARAÇÃO... Disponível em: <<http://www.foe.org/camps/intl/declaration.html>> Acesso em: 10/11/08.

⁶ Fonte: THE EQUATOR... Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/index.shtml>>. Acesso em 11/11/08.

⁷ Fonte: PRI... Disponível em: <<http://www.unpri.org/principles/>>. Acesso em 11/11/08.

⁸ Fonte: ÍNDICE... Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaApresentacaoP.asp?Indice=ISE>>. Acesso em 11/11/08.

⁹ Fonte: GLOBAL... Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/SectorSupplements/FinancialServices/>>. Acesso em 11/11/08.

¹⁰ Fonte: INDICADORES... Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/download/>. Acesso em: 11/11/08.

as empresas que adotam a sustentabilidade corporativa devem buscar um equilíbrio entre o compromisso econômico, a preservação ambiental e o desenvolvimento da sociedade, assumindo responsabilidades pelas condições de vida atuais e futuras.

Em estudo realizado por estes autores, fica claro que a tendência quanto à sustentabilidade no contexto empresarial é a do “respeito às ações integradas na cadeia de suprimentos”. De modo que, segundo Pedroso e Zwicker (2007, p.426):

a estratégia de implantação da sustentabilidade corporativa deve abordar o relacionamento com os principais atores na rede de operações das empresas, tais como clientes, canal de distribuição, consumidores, fornecedores, empresas parceiras e governo.

Estes autores ainda concluem que um dos fatores críticos de sucesso para a integração de ações de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia produtiva é:

a motivação e o comprometimento para a sustentabilidade corporativa das empresas envolvidas. As empresas precisam ter compromissos claros com o ambiente em que todos vivem e com a sociedade e estar cômicas das dimensões de responsabilidade ambiental e de responsabilidade social no âmbito de suas ações de sustentabilidade corporativa. (Pedroso; Zwicker, 2007, p.427)

Através de pesquisa realizada, Ventura (2005, p.194) conclui que as instituições financeiras têm noção do seu poder de influência e de mobilização frente a outros atores para que sigam na mesma linha de gestão da responsabilidade social empresarial. Percebem também “seu papel de construtor e definidor de modelos para a sociedade, dada sua magnitude e conseqüente importância econômico-social”.

É nesse sentido que as instituições financeiras podem intervir ao exigirem indicadores deste tipo de gestão quando na análise e avaliação de projetos a serem financiados. Desta forma, as instituições financeiras acabam por promover, através de um financiamento orientado pela valorização desta conduta, práticas de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade não só nos seus beneficiários finais como na cadeia de fornecedores deles.

2.3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E A SUSTENTABILIDADE NO SISTEMA FINANCEIRO

O setor financeiro não é classificado como de alto impacto socioambiental, já que não possui atividade extrativista, nem fornece serviços e produtos que tenham impacto direto no

meio ambiente (LINS; WAJNBERG, 2007). No entanto, apesar disso, possui um impacto indireto relevante, através de suas atividades de financiamento (LINS; WAJNBERG, 2007).

Este papel das instituições financeiras, enquanto disseminadoras e conscientizadoras do desenvolvimento sustentável tem crescido e “vem ganhando crescente reconhecimento mundialmente” (LINS; WAJNBERG, 2007, p.11).

De acordo com Ventura (2005, p.131-132) a história deste setor no Brasil, ao longo de aproximadamente 200 anos, esteve associado ao desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, "socialmente, a atividade bancária é mal vista pela sociedade”.

Pode-se afirmar que, visando mudar esta imagem, as instituições financeiras se reposicionaram com relação às questões sociais e ambientais, ampliando seu envolvimento com o movimento pela responsabilidade social empresarial (VENTURA, 2005).

Na década de 1970 deu-se o início de uma mudança na relação das instituições financeiras com a sociedade; no entanto, não se parecia com o conceito atual de responsabilidade social empresarial, somente a partir de meados dos anos 1990 é que a responsabilidade social empresarial foi de fato disseminada e divulgada, tornando-se um fenômeno de engajamento dentre as instituições financeiras (VENTURA, 2005).

Dando ênfase à avaliação de riscos socioambientais, de acordo com Lins e Wajnberg (2007, p.15-16), quando as instituições financeiras introduzem este tipo de avaliação na sua decisão de crédito, elas reduzem o seu “risco de crédito e a inadimplência de sua carteira de clientes, além de assegurar que o valor das garantias dadas pelos mesmos não se altere consideravelmente”.

Além disso, ao adotarem esta prática, elas induzem esse tipo de comportamento nas empresas que buscam financiamento, promovem o desenvolvimento sustentável e melhoram o seu próprio desempenho, conforme atesta Lins e Wajnberg (2007, p.16):

Assim, ao incorporar riscos como estes em sua análise de crédito, o banco está fazendo uma gestão mais eficiente de sua carteira de crédito, e contribuindo para um melhor desempenho de suas atividades de financiamento. Além disso, o banco está também atuando de forma a somente permitir a implantação e operação de projetos e empresas que contribuam para o desenvolvimento sustentável, preservando o meio ambiente e melhorando as condições de vida das comunidades (p.16).

No que diz respeito aos bancos de fomento, tanto o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, quanto o Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB, de acordo com informações contidas em seu *website* e em seu relatório social,

respectivamente, adotam critérios para avaliação de riscos ambientais (LINS; WAJNBERG, 2007).

Apesar disso, em pesquisa da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (2007), constata-se que “quatro dos dez maiores bancos do Brasil não possuem qualquer tipo de análise de riscos socioambientais em qualquer modalidade de financiamento” (LINS; WAJNBERG, 2007, p.16).

Os financiamentos socioambientais são uma modalidade de financiamento que possui características específicas e tem como foco projetos socioambientais, como por exemplo, tratamento de resíduos, oferecendo condições de financiamento diferenciadas, tais como taxas de juros mais interessantes e prazos mais extensos (LINS; WAJNBERG, 2007).

Não há na literatura provas de valorização do crédito quando o cliente tem como prática, por exemplo, a adoção de critérios socioambientais na seleção de seus fornecedores.

Pode-se concluir que há espaço para que as instituições financeiras introduzam formas de avaliação na sua decisão de crédito que levem em conta as práticas de seus clientes, na disseminação da gestão socialmente responsável e sustentabilidade na cadeia produtiva.

2.4. LINHAS DE FINANCIAMENTO COM FOCO NA DIFUSÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E SUSTENTABILIDADE NA CADEIA PRODUTIVA

Nos seminários e eventos acerca do tema há consenso da importância deste direcionamento; no entanto, ainda não há práticas concretas da aplicação deste produto e também não foi encontrada literatura publicada a esse respeito.

O banco de fomento estudado tem em suas linhas de financiamento, foco no desenvolvimento econômico e social do país, o que acaba por promover, de forma direta e indireta, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento da cadeia produtiva.

Esta instituição oferece, dentre os programas e linhas do seu portfólio, uma linha de financiamento para Investimentos Sociais de Empresas, buscando oferecer iniciativas voltadas à inclusão da variável social no setor produtivo e promover a articulação destas ações com as políticas públicas no campo social, o que vem a ser uma contribuição relevante na difusão e indução de práticas e princípios socialmente responsáveis (BNDES, 2008).

Porém, cabe ressaltar que esta linha de financiamento não tem como foco a difusão da responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade na cadeia produtiva, de modo que não há um produto direcionado para esta questão, havendo, assim, uma lacuna a ser preenchida.

3. METODOLOGIA

Quanto aos fins, de acordo com Vergara (2007), esta pesquisa será exploratória, uma vez que não há muito conhecimento acumulado e nem normas e/ou exigências no sistema financeiro brasileiro para que as instituições financeiras introduzam formas de avaliação, na sua decisão de crédito, que levem em conta as práticas de seus clientes, na disseminação da gestão socialmente responsável e sustentabilidade na cadeia produtiva.

Quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica, documental e de campo e tem como universo as instituições financeiras de fomento e desenvolvimento econômico e social do Brasil e do exterior, quais sejam, Banco Mundial, Banco Europeu de Investimentos - BEI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco do Nordeste - BNB, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, dentre outros.

Dentro deste escopo, será estudada a atuação das IF no que diz respeito à difusão da responsabilidade social empresarial e da sustentabilidade na cadeia produtiva de seus beneficiários finais, através de suas linhas de financiamento.

A amostra foi escolhida com base na representatividade dos seus desembolsos - “é um dos grandes bancos de desenvolvimento do mundo hoje: em desembolso, é duas vezes maior do que o BID e o Banco Mundial juntos, somente superado pelo Banco Europeu de Investimento” (Mariuzzo, 2007, p.7), no seu poder de financiamento e o seu consequente potencial de promover mudanças.

Deste modo, trata-se de uma amostra não probabilística cujo critério de representatividade escolhido foi o da acessibilidade, uma vez que há facilidade de acesso aos elementos da amostra (VERGARA, 2007). O conjunto de sujeitos da pesquisa será composto por cinco profissionais, sendo todos funcionários da instituição estudada, que exercem atividades diretamente ligadas às questões de responsabilidade social empresarial e sustentabilidade.

O instrumento de coleta será um formulário padronizado, com perguntas fechadas e abertas e será aplicado através de entrevistas individuais. As perguntas abertas fortalecem o caráter exploratório da pesquisa, pois podem trazer à tona questões ainda não abordadas. Vale ressaltar que o formulário tem como vantagem a sua “uniformidade para a mensuração” (GOLDENBERG, 2003, p.87) e terá como objetivo identificar as variáveis propostas no Modelo SustenFor Operacional.

As perguntas têm o intuito de responder às variáveis e indicadores propostos no Modelo a fim de validar a relevância das suas variáveis e identificar a viabilidade da inclusão, na política de financiamento ou no produto financeiro da instituição selecionada, de cada uma das quatro dimensões: Condições de Trabalho, Condições Ambientais, Ética e Política Corporativa.

Os dados serão coletados por meio de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa documental, a qual encontra-se em andamento, é feita através de consultas às normas e procedimentos internos, a fim de identificar as linhas de financiamento que contemplam a gestão socialmente responsável e a sustentabilidade. A pesquisa bibliográfica, já iniciada, está e continuará sendo feita em cima dos temas da pesquisa, quais sejam, responsabilidade social empresarial, sustentabilidade, finanças sustentáveis e integração da cadeia produtiva, tendo como base de consulta, teses, dissertações, artigos e livros, cujo acesso se dará através de consultas a bibliotecas, Internet, incluindo a consulta dos dados públicos da instituição selecionada.

Com relação à pesquisa de campo, conforme anteriormente exposto, a mesma será feita através de entrevistas apoiadas em formulário, que serão previamente agendadas com cada entrevistado, com envio prévio do formulário, a fim de que o mesmo se familiarize com as questões que serão abordadas (VERGARA, 2008).

Para a análise dos dados, será utilizada a técnica de análise de conteúdo, cujo foco é a interpretação dos dados com vistas a distinguir o que está sendo discutido acerca de um determinado assunto. Conforme exposto por Vergara (2008), esta técnica aplica-se nos casos de pesquisa exploratória, de descoberta, ou de verificação, quando se busca a confirmação de hipóteses ou suposições. Com relação às questões fechadas - com escala binária, do tipo Sim/Não - elas vão requerer contagem de frequência de respostas, sem haver necessidade de inferências estatísticas (VERGARA, 2008).

Segundo Bardin (1977 apud in VERGARA, 2008), a análise de conteúdo pode ser dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados e interpretação. Para dar início à análise de conteúdo será necessário categorizar as respostas das entrevistas, ou seja, identificar elementos comuns e isolá-los para, depois, agrupá-los em categorias. Na definição das categorias, utilizam-se as grades, que podem ser abertas, fechadas ou mistas. No caso deste estudo, será utilizada a grade mista, por ser mais flexível e permitir inclusão, realocação ou exclusão ao longo da análise (VERGARA, 2008). A interpretação será fundamentada na aplicação desta técnica nos resultados obtidos das respostas aos questionários desenvolvidos, com base no Modelo SustenFor, confrontados com a teoria apresentada no referencial teórico. O método adotado tem algumas limitações, quais sejam, dificuldades de categorizar as respostas abertas, transformando-as em temas e complexidade na interpretação dos dados, devido à subjetividade por parte do pesquisador. Ainda que este método demande um entendimento complexo envolvendo capacidade de síntese e análise, tem-se por objetivo, através dele, comparar os resultados obtidos com as teorias que deram suporte à investigação (VERGARA, 2008).

4. RESULTADOS PARCIAIS: MODELO ANALÍTICO DO POTENCIAL DE FINANCIAMENTO PARA A SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE FORNECEDORES - MODELO SUSTENFOR

➤ *Visão Ampla e Visão Operacional do Modelo SustenFor*

De acordo com a visão da questão problema proposta, qual seja “Como as instituições financeiras de financiamento e fomento empresarial podem contribuir para a difusão da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia de fornecedores dos seus beneficiários finais?”, propõe-se um modelo analítico para orientar a elaboração e avaliação da inclusão, na análise de financiamento, de critérios voltados para a difusão da sustentabilidade na cadeia produtiva das empresas.

Nesse sentido, deve ser vislumbrada a relação do banco de fomento com os parceiros ligados diretamente ao processo de financiamento, ou seja, os agentes repassadores, a instituição financeira propriamente dita, os projetos ou empresas solicitantes de financiamento e os seus respectivos potenciais ou efetivos fornecedores.

As relações existentes entre estes atores precisam ser portadoras de indicadores e seus respectivos critérios que associem melhores condições de financiamento àqueles beneficiários finais que promovam a responsabilidade social empresarial e sustentabilidade junto aos seus fornecedores.

Considerando as ferramentas ou instrumentos de avaliação e financiamento de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial apontados no item 2.2, os dados foram compilados quanto às dimensões, variáveis ou indicadores considerados na relação das empresas e seus fornecedores, sendo possível, assim, identificar os pontos comuns dentre eles.

Os diversos indicadores foram agrupados e categorizados em dez grandes temas, quais sejam: Código de Conduta – Condições de Trabalho; Engajamento; Ética; Relatórios de Desempenho e Política Corporativa – Condições Ambientais; Condições de Trabalho; Engajamento; Ética; Relatórios de Desempenho; Seleção.

Um fato surpreendente foi a constatação de que o instrumento Princípios do Equador não possui qualquer item identificado, uma vez que o mesmo é considerado de vanguarda. No entanto, não aborda questões pertinentes à cadeia de fornecedores e suas diversas implicações.

Outro fato interessante é a existência de instrumentos com focos específicos, tais como o PRI, com seus indicadores enquadrados no tema Política Corp. – Engajamento; a UNEP FI, com foco em Política Corp. – Condições Ambientais, o FTSE4 Good, orientado para o Código de Conduta e a Declaração de *Collevecchio* com apenas um indicador, identificado no tema Política Corp. – Condições Ambientais. Em contrapartida, há aqueles instrumentos que estão identificados em praticamente todos os indicadores, quais sejam o ISE, o GRI e o Ethos.

Percebe-se, no entanto, a sobreposição de alguns assuntos e a necessidade de identificar aqueles que são importantes e não estão presentes nos instrumentos mais abrangentes e como poderia ser feita uma única abordagem de todos em um único.

Deste modo, verifica-se que há necessidade de um desdobramento das dimensões e variáveis apontadas pelas fontes de referência para torná-las operacionalizáveis de forma coerente com indicadores e seus critérios para tratamento das relações empresa-fornecedores.

Neste sentido, é feita uma proposta, síntese de reorganização de variáveis ou indicadores agrupados em dimensões, para compor a Versão Operacional do Modelo SustenFor Operacional.

Desta forma, propõe-se como dimensões: Condições de Trabalho, Condições Ambientais, Ética e Política Corporativa, que se desdobram em Categorias – Trabalho

Legalizado (Cond. de Trabalho); Sustentabilidade (Cond. Ambientais); Ética (Cód. de Conduta); Seleção, Engajamento e Relatórios de Desempenho (Política Corp.) – e, depois, em Indicadores – Inexistência de trabalho infantil, escravo e/ou indígena (Trabalho Legalizado); Reciclagem e Eficiência Energética (Sustentabilidade); Inexistência de Corrupção e/ou Concorrência Desleal (Ética); Avaliação e Desenvolvimento de Fornecedores (Seleção e Engajamento) e Treinamento, Auditorias e Divulgação (Relatórios de Desempenho).

Assim, para que haja uma disseminação dos valores da empresa ao longo de toda a sua cadeia de fornecedores, é necessário haver uma Política Corporativa que contemple questões pertinentes à seleção, engajamento e relatórios de desempenho de seus fornecedores. Através destas práticas é que será possível avaliar, desenvolver, auditar, divulgar os resultados e treinar os seus fornecedores a fim de melhorar a sua *performance* e trazê-los para a empresa como parceiros diante dos desafios e propostas empenhadas.

Não adianta ter resultados parciais e pontuais sem que haja um envolvimento concreto de todos, com metas e resultados esperados. Somente assim é possível saber o quão distante o objetivo está de ser alcançado e poder, assim, traçar formas de melhoria para a etapa seguinte.

A seleção dos fornecedores é uma etapa fundamental, uma vez que identificará quais são aqueles que têm sensibilidade ao tema de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade e que têm condições de se envolver e se tornar parceiros. Nesta etapa, caso existam fornecedores insensíveis ao tema, ou seja, “inelásticos”, os mesmos até podem ser desconsiderados, optando-se por fornecedores substitutos e mais sensíveis ao tema.

Um segundo ponto é o engajamento dos fornecedores. Após a identificação, na etapa anterior, daqueles fornecedores potenciais, agora é possível envolvê-los e engajá-los na mesma causa, qual seja, a causa de uma gestão responsável sócio e ambientalmente. Vale ressaltar que, ainda nessa etapa, é possível identificar possíveis fornecedores locais ou mesmo desenvolvê-los, o que traz inúmeros benefícios; dentre eles: o engajamento que já vem desde a concepção e a promoção do desenvolvimento socioeconômico local.

Após a parceria consolidada é importante monitorar a *performance* dos seus parceiros, o que pode ser feito através de relatórios de desempenho. As atividades dos fornecedores devem ser auditadas periodicamente e os relatórios amplamente divulgados. Os pontos diagnosticados como fracos, receberão atenção especial e serão passíveis de treinamento. Desta forma, minimiza-se o desgaste da relação empresa-fornecedor e se fortalece a parceria.

Para o Modelo SustenFor Operacional, propõe-se a sua testagem e validação em pesquisa de campo junto à instituição financeira, adotando escala binária do tipo Sim/Não. Neste sentido, a pontuação para cada um dos indicadores poderá ser considerada da seguinte forma:

- ❖ Quanto à evidência de sua inclusão na Política de Financiamento ou no Produto Financeiro – Sim ou Não
- ❖ Quanto à viabilidade operacional de sua inclusão no Produto Financeiro – Sim ou Não
- ❖ Quanto à viabilidade política de sua inclusão no Produto Financeiro – Sim ou Não

5. CONCLUSÕES

Com base na difusão dos resultados parciais acima apresentados, espera-se uma contribuição na discussão do modelo analítico SustenFor e do contexto de finanças sustentáveis. Há, ainda, lacunas ainda não contempladas para avaliação da difusão da sustentabilidade junto aos fornecedores, o que requer a inclusão de novos indicadores para completar a matriz comparativa. Tais lacunas poderão ser preenchidas em uma versão revista do Modelo, a partir de sua aplicação em pesquisa de campo.

Na próxima etapa do estudo, será realizada a pesquisa de campo por meio do estudo de caso no banco brasileiro de fomento e desenvolvimento econômico e social. Há o intuito de, após alcançados os resultados, avaliar se as linhas de financiamento do banco de fomento estudado têm espaço para melhoria no que diz respeito à inclusão de critérios com vistas à promoção da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade na cadeia de fornecedores dos seus beneficiários finais.

Com base nestas informações, serão feitas as melhorias nos indicadores e a elaboração de versão revista do Modelo SustenFor, buscando a proposição de critérios de avaliação do alinhamento da cadeia de fornecedores dos clientes beneficiários das políticas de fomento do banco em estudo com a responsabilidade social empresarial e sustentabilidade e o papel deste banco de fomento neste contexto, enquanto banco de desenvolvimento econômico e social do país.

REFERÊNCIA

ALIGLERI, L. **Responsabilidade social na cadeia logística: uma visão integrada para o incremento da competitividade.** Paraná: 2004. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/comunidade_academica/premio_ethos_valor/trabalhos/140_Lilian_Aligleri.doc>. Acesso em 08/11/08.

ASHLEY, P. A.; COUTINHO, R. B. G.; TOMEI, P. A.. **Responsabilidade social corporativa e cidadania empresarial: uma análise conceitual comparativa.** In: Encontro da ANPAD, 24, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis: Associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, set 2000.

ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios.** São Paulo: Saraiva, 2003.

ASHLEY, P.A. **Responsabilidade social empresarial: um modelo genérico para análise e orientação estratégica.** In: *Ética e responsabilidade social nos negócios.* ASHLEY, P.A. (Coord). 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005a, cap.6.

ASHLEY *et al.*. **RSC no contexto brasileiro: uma agenda em contínua expansão e difusão.** In: *Ética e responsabilidade social nos negócios.* ASHLEY, P.A. (Coord). 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2005, cap.4.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> e <http://www.bndes.gov.br/noticias/2008/not_01308.asp>. Acessos em: 15/11/08 e 17/01/09.

BANKTRACK; AMIGOS DA TERRA. **O que Fazer e Não Fazer em um Banco Sustentável – Um manual da rede BankTrack.** p.6, Dezembro 2006.

BOVESPA. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: 15/11/08

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; MACÊDO, Laura Ferreira. **A Influência de uma Organização Pública junto aos seus Fornecedores para que Atuem com Foco na Responsabilidade Social Corporativa.** In: Encontro da ANPAD, 32, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: Associação nacional dos programas de pós-graduação em administração, set 2008.

CHEIBUB, Zairo B.; LOCKE, Richard M.. **Valores ou interesses?** Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas, in A. KIRSCHNER; E. GOMES; P. CAPPELLIN (orgs.), *Empresa, empresários e globalização.* Rio de Janeiro: FAPERJ e Relume Dumará, p. 279-291, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 1ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 1988.

COSTA, Maria Alice Nunes. **Fazer o bem compensa?** Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.73, p. 67-89, 2005.

DECLARAÇÃO de Colavecchio. Disponível em: <<http://www.foe.org/camps/intl/declaration.html>>. Acesso em: 10/11/08.

DORNAS, Guilherme. **Competitividade na cadeia produtiva**. Caderno de Idéias, Minas Gerais: Centro Alfa, 2005.

DOW Jones Sustainability Index. Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com/>>. Acesso em 11/11/08.

FTSE 4 Good. Disponível em: <<http://www.ftse.com/Indices/FTSE4GoodIndexSeries/index.jsp>>. Acesso em: 11/11/08.

GAZETA MERCANTIL. São Paulo, 20 de Dezembro de 2007.

FEBRABAN. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>> Acesso em: 11/11/08.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GLOBAL Reporting Initiative – GRI. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/SectorSupplements/FinancialServices/>>. Acesso em 11/11/08.

INDICADORES Ethos 2008. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/conceitos praticas/indicadores/download/>>. Acesso em: 11/11/08.

ÍNDICE de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaApresentacaoP.asp?Indice=ISE>>. Acesso em 11/11/08.

INSTITUTO Ethos. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 11/11/08.

LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. FBDS: Rio de Janeiro, Agosto 2007. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-243.pdf>. Acesso em 02/11/2008.

MARIUZZO, Patrícia. **BNDES**: pronto para alavancar investimentos em inovação no país. Inovação Uniemp [online]. 2007, vol. 3, no. 6, pp. 6-9. ISSN 1808-2394.

PEDROSO, Marcelo Caldeira; ZWICKER, Ronaldo. **Sustentabilidade na cadeia reversa de suprimentos**: um estudo de caso do Projeto Plasma - R.Adm., São Paulo, v.42, n.4, p.414-430, out./nov./dez. 2007

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. **Estratégia e Sociedade**: o elo entre vantagem competitiva e responsabilidade social empresarial. Harvard Business Review, v. 84, n.12 – Foco HBR, p. 52-66, 2006.

PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. A. **Competência Essencial da Corporação**. In: Montgomery, C.; Porter, M. (orgs) *Estratégia – A Busca da Vantagem Competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

PRINCÍPIOS do Equador. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/index.shtml>>. Acesso em 11/11/08.

PRINCÍPIOS para o Investimento Sustentável – PRI. Disponível em: <<http://www.unpri.org/principles/>>. Acesso em 11/11/08.

SERPA, Daniela Abrantes Ferreira. **Efeitos da Responsabilidade Social Corporativa na Percepção do Consumidor Sobre Preço e Valor**: Um Estudo Experimental. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração. Orientador: Marcos Gonçalves Avila, 2006.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**: A incorporação dos Conceitos à Estratégia Empresarial . (Dissertação do curso de Mestrado em Planejamento Estratégico da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: 2006.

UNEP FI. Disponível em: <<http://www.unepfi.org>>. Acesso em: 11/11/2008.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. **Dinâmica de institucionalização de Práticas sociais**: Estudo da responsabilidade social no campo das organizações bancárias. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas – FGV, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE. Orientador: Marcelo Milano Falcão Vieira, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WOOD JR, T; ZUFFO, P. K. **Supply Chain Management**: Uma Abordagem Estratégica para Logística. In: ENANPAD 97, 1997, Rio das Pedras. ANAIS DO ENANPAD 97, 1997.

WAJNBERG, Daniel. **Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros**: Exame da Divulgação do Relacionamento Entre Iniciativas Socioambientais e o Desempenho Financeiro Corporativo. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Pós-Graduação em Administração – COPPEAD. Orientador: Celso Funcia Lemme, 2008.